

COLEÇÃO
HISTÓRIA

Cláudia Viscardi

O teatro das oligarquias

Uma revisão da
"política do café com leite"

FAPEMIG

FINO TRACO
FT
EDITORA

Belo Horizonte
2012

Um novo roteiro para a mesma peça

Os que clamam por observar fatos sem pressupostos intelectuais enganam-se a si mesmos. Algumas generalizações antecipadamente aceitas, em cujos termos julgamentos de importância podem ser formulados, são necessárias para o historiador, se não quiser ser envolvido pela enorme massa de detalhes que confronta. (Mendel apud Wehling, 1994:129)

Este capítulo tem por objetivo discutir as bases do Federalismo Brasileiro que vigorou durante a Primeira República. A partir da análise das contribuições de vários autores que trataram do tema, de forma direta ou indireta, e da pesquisa empírica realizada, procuramos definir as bases de um modelo que perdurou intacto, durante boa parte do regime republicano. Ao mesmo tempo, procuramos identificar as causas responsáveis por sua progressiva erosão, ao longo do próprio regime.

Conforme afirmamos na Introdução deste livro, o nosso objetivo primordial é contestar a existência da aliança *café com leite* como o eixo de sustentação da República Velha. O objetivo proposto remete a duas condingências. A primeira é abordar, de forma crítica, como o referido eixo foi tratado pela historiografia, de modo a justificar a sua desconstrução. A segunda é propor uma análise alternativa à que estava em vigor.

1.1 Federalismo brasileiro: parâmetros atuais de discussão historiográfica

1.1.1 A “geografia” das oligarquias

Nos trabalhos acerca da Primeira República, produzidos a partir do seu término, ou seja, no pós-30, é comum encontrarem-se algumas tendências

recorrentes.¹ A primeira delas diz respeito à hierarquia dos estados na Federação. Barbosa Lima Sobrinho foi responsável pela disseminação de um esquema que dividia as oligarquias estaduais em três classes ou grandes: Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul pertenceriam à primeira; Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, à segunda grandeza; os demais estados brasileiros, à terceira grandeza. As oligarquias dominantes tinham seu poder fundamentado em uma economia dinâmica, na união interna de suas elites e na sua grande representação no Parlamento, em função do grande número de eleitores de que dispunham. As demais caminhavam ao reboque da História, disputando, entre si, as migalhas de soberania, distribuídas pelo "triunvirato" hegemônico:

Os quarenta anos de federalismo brasileiro resumem-se a uma luta contínua contra a supremacia de alguns estados. Temos os estados líderes e os estados satélites; os estados de primeira, de segunda, de terceira classe, segundo podiam candidatar-se à presidência, à vice-presidência da República, ou à coisa nenhuma. (Barbosa, 1960:324-325)²

O elo comum entre os vários trabalhos encontra-se na ideia de um "triunvirato", composto pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, responsável pela condução política do regime.³

¹ Dada a extensão dos trabalhos produzidos, optamos por fazer recortes, sem os quais a tarefa proposta ficaria inviabilizada. Não serão tratados os trabalhos produzidos antes de 1930. Pela pesquisa que nos foi possível realizar, não encontramos nenhuma referência à aliança *café com leite* neste período. Acerca do pós-30, optamos por realizar uma escolha obedecendo a critérios qualitativos. Selecionamos os autores que trataram, com determinado nível de prioridade, o tema do Estado Republicano ou que contribuíram, de alguma forma, com sugestões em prol da construção ou desconstrução do modelo em vigor.

² Edgar Carone (1988:273-287) esboçou uma "geografia das oligarquias", dividindo-as em oligarquias partidárias (Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul) – marcadas por rígidas estruturas partidárias – e oligarquias pessoais (demais estados) – fragilizadas pelas facções relacionadas à política de parentela. Iglésias (1993:209) fala de oligarquias de primeira a quarta classe segundo seus potenciais de intervenção sobre o a política.

³ Vários autores defendem a ideia de hegemonia do "triunvirato". Entre eles destacamos: Love (1975:115 e 117) Love (1982:189), Franco (1973:236), Enders (1993:329). Para Campelo e Souza (1985:188), o triunvirato hegemônico era formado pelo PRM, pelo PRP e por Pinheiro Machado. Steven Topik (1989:27) afirma que, não obstante o fato de os três estados juntos não controlarem o Congresso, eles controlavam o Executivo Federal.

Uma segunda tendência recorrente na historiografia tem a ver com o papel do Rio Grande do Sul na Federação. O estado foi sempre associado ao cumprimento de um papel desagregador da ordem estável do regime. Todas as vezes em que a aliança Minas–São Paulo vivenciava uma crise, o Rio Grande do Sul era apresentado como um *tertius*.⁴

Na busca de elementos que levariam os gaúchos a terem uma posição relativamente autônoma no quadro nacional, os pesquisadores costumavam relacionar tal postura às especificidades de seus interesses econômicos. Alegava-se que, por estar o Rio Grande do Sul voltado para uma economia de mercado interno, seus interesses seriam necessariamente distintos daqueles dos estados voltados para a economia agroexportadora.⁵

Não cabe aqui contestar, com profundidade, a diversidade entre os interesses econômicos dos estados e de sua relação com o desempenho nacional dos mesmos. Mas o que anunciamos, por hora, a ser abordado no decorrer deste livro, é que o desempenho político do Rio Grande do Sul, na esfera federal, não esteve necessariamente condicionado à defesa de políticas nacionais voltadas para a proteção das economias de mercado interno. Ao mesmo tempo, Minas Gerais dispunha de uma dinâmica economia de mantimentos que, embora não fosse hegemônica no estado, abarcava a maior parte de seus municípios rurais. Caso este argumento fosse válido, o caráter da produção econômica gaúcha, ao invés de afastar gaúchos de mineiros, contribuiria para a sua aproximação.

Uma outra referência comum ao desempenho federal dos gaúchos relaciona-se à parceria estabelecida entre eles e os militares. Na condição de elementos desagregadores, o Exército e os gaúchos costumavam se unir para fazer contraposição à hegemonia Minas–São Paulo.⁶

Ao longo deste livro, se perceberá que o poder de intervenção do Rio Grande do Sul sobre o regime republicano foi muito considerável. Através do exame de sua atuação, nos processos sucessórios, perceberemos que nem sempre ela se deu de forma desagregadora ou mesmo alternativa à crise de hegemonia mineiro-paulista. E também que o Exército nem sempre atuou ao seu lado, guardando uma relativa margem de autonomia.

Uma outra tendência recorrente na historiografia diz respeito aos papéis dos diferentes atores políticos do regime. Ao conferir aos estados-atores o

⁴ Ver Martins Filho (1981:33 e 119), Love (1975:131 e 144), Franco (1955:479), Peressinotto (1994:204).

⁵ Ver Peressinotto (1994:214). Esta concepção está presente também em Martins Filho (1981:126) e em Love (1975:143).

⁶ Ver Love (1975:115-116), Love (1982:278) e Schwartzman (1972:106).

poder de vida e morte sobre os destinos do Estado Nacional, a participação de outros agentes foi subestimada ou relegada ao mero papel de espectadores. Aqui nos referimos ao Exército e ao próprio Estado Nacional.

De ator principal dos primeiros dez anos da República, o Exército passou a ser abordado como mero coadjuvante nos demais períodos, só voltando a ter a sua ação destacada na década de vinte, quando sua participação, em prol da desestabilização do regime, foi realçada. Em geral, o papel a ele atribuído foi o de caixa de ressonância de interesses oligárquicos ou urbanos emergentes, sem conferir-lhe autonomia. É comum também encontrarem-se referências ao controle que as oligarquias tiveram sobre o governo militar de Hermes da Fonseca (Franco, 1955:653).⁷

O mesmo problema pode ser encontrado nas referências ao Estado Nacional. De ator fundamental nos períodos monárquico e do pós-30, o interregno da Primeira República foi visto como o período de sua ausência ou fragilização. Sua autonomia como ator político durante o regime foi, por algumas vezes, negligenciada. Partiu-se do pressuposto de que o Estado Nacional constituiu-se em mero instrumento, sob o controle das oligarquias mineiro-paulista, atuando em prol do atendimento das reivindicações das mesmas.⁸

Ao inserirmos o Catete e o Exército no conjunto de atores mais proeminentes do regime republicano, esperamos resgatar o papel relativamente autônomo desses dois agentes políticos. Ao mesmo tempo, ao relativizarmos o grau de interferência dos setores cafeicultores sobre o controle das políticas públicas, esperamos resgatar os níveis de autonomia do Estado Nacional, o que será feito na análise das políticas de proteção ao café.

1.1.2 O Papel "Estabilizador" de Campos Sales

Uma outra tendência, encontrada nos trabalhos acadêmicos, diz respeito ao papel desempenhado pelo governo Campos Sales sobre o regime

⁷ Souza também relega os militares ao domínio das oligarquias hegemônicas. Souza (1985:203 e 224). O mesmo pode ser dito acerca de Faoro (1984:542, vol.2), para quem o afastamento total do Exército da política conferiu ao regime oligárquico um tom imobilista, sob o domínio hegemônico da aliança oligárquica entre Minas e São Paulo. Para João Cruz Costa (1972:67-68) o Exército, afastado pelas oligarquias do poder, passaria a atuar como um "Poder Moderador", agindo todas as vezes em que se fizesse necessário estabilizar as instituições.

⁸ Embora esta ideia esteja disseminada no decorrer de muitas obras citadas, encontra-se explícita em Franco (1955:477) e Pang (1979:23).

republicano. As referências ao seu governo estiveram voltadas para o êxito do presidente paulista em conferir estabilidade ao regime, através das mudanças institucionais por ele realizadas (Lessa, 1988:142).⁹

A "política dos estados" de Campos Sales tratou-se de uma expressão atribuída por ele mesmo a uma nova forma de o Executivo Federal relacionar-se com os estados-atores. Segundo avaliação própria do regime republicano, Campos Sales achava que as instabilidades da República tinham por fundamento as dificuldades de relação existentes entre o Executivo e o Legislativo Federais e as lutas partidárias que dividiam o Parlamento. O contexto a que ele se referia era o dos primeiros anos do regime, assolados, principalmente, por uma conjuntura de crise, provocada pela cisão do Partido Republicano Federal (PRF), que dividiu o Congresso entre republicanos e concentrados. Esta divisão havia contribuído para fragilizar o Catete, tornando a gestão de Prudente de Moraes totalmente estéril, segundo sua avaliação (Salles, 1983:115-119).

A solução apontada por ele implicava em conferir ao Executivo Federal um maior grau de autonomia em relação ao Parlamento, palco das principais disputas. Ao mesmo tempo, pretendia desatar os nós górdios geradores das discórdias no âmbito do Legislativo, através da realização de uma ação conjunta com os estados, denominada por ele de "política dos estados", a qual consistia em mantê-los em harmonia com o Executivo Federal, sem que abrissem mão de sua autonomia constitucional (Salles, 1983:120).

Pelo que se encontra implícito em seu trabalho, a hegemonia do governo federal não seria repassada aos estados-atores. Caberia a eles apoiarem o Catete, fortalecido em seu poder de arbítrio. Dessa forma, o modelo de Estado Nacional proposto por Campos Sales pairava nas alturas, distante dos conflitos regionais, relegados aos estados-membros. Daí as referências que fazia à necessidade de erigir-se um Executivo Federal de caráter meramente administrativo, infenso às disputas e interesses regionalistas. A despolíticação do Estado Nacional seria contraposta à politização dos estados-atores, resguardando-se o poder soberano e autônomo do Catete.

Para a resolução dos conflitos que perturbavam a ordem do Congresso, Campos Sales propôs algumas mudanças no Regimento Interno da Câmara. Tais modificações visavam conter as disputas partidárias no âmbito do Parlamento, que tanto ameaçavam a ordem da gestão Prudente de Moraes. Elas

⁹ O mesmo pode ser visto também em Carone (1975:101). Afonso Arinos afirma que a política dos governadores foi a concretização do federalismo no Brasil (Franco, 1955:474 e 475). Para Iglésias, a estabilidade do período é vista como sinônimo da conciliação entre as oligarquias (Iglésias, 1993:207-208).

tiveram um impacto político fundamental para a estabilização do regime, naquele momento. Esta modificação ocorreu através de duas medidas. A primeira, relativa à eleição da Presidência da Câmara, e a segunda, relativa ao envio das atas eleitorais para o Congresso.

A partir das reformas de Campos Sales, o Presidente da Câmara Federal deixou de ser o membro mais idoso, passando a ser o mesmo Presidente da legislatura finda. Esta mudança foi fundamental, na medida em que cabia ao presidente da Câmara nomear os cinco membros que compunham a "comissão de verificação de poderes", ou seja, em suas mãos, estava o controle sobre a renovação do Poder Legislativo. Através dessa fórmula, a Presidência da Câmara derivaria da indicação do situacionismo e o Executivo Federal garantiria o seu controle sobre a renovação do Congresso. Ela, porém, não durou muito. Como será visto, em função de pressões políticas sobre o governo Afonso Pena, o Regimento foi novamente alterado, voltando a funcionar como antes. Portanto, esta primeira alteração regimental teve breve duração.

Já a segunda mudança teve um impacto muito maior sobre o regime, não só pelas suas consequências, como pela sua permanência. Através dela, o diploma do deputado eleito passou a ser a ata de apuração da eleição, assinada pela maioria da comissão apuradora, no âmbito do município. Com esta medida, impediu-se que fossem enviadas ao Congresso duplicatas de atas, para que o mesmo optasse pela veracidade de uma e a falsidade da outra. O resultado mais imediato dessa medida foi a transposição dos conflitos do Congresso para fora dele. Cabia às facções locais a escolha dos deputados eleitos que comporiam o Legislativo Federal. Não obstante a votação se desse no município, a filtragem final ficaria sob a responsabilidade dos partidos regionais que, através de suas comissões executivas, definiriam a composição de suas bancadas. Como dissemos, o conflito deixava as fronteiras federais e se imiscuia nos estados.

Renato Lessa (1988:106) afirmou que esta medida contribuiu também para o esvaziamento da soberania do Legislativo Federal, na medida em que as eleições já vinham decididas, esvaziando-se o poder da comissão de reconhecimento sobre as mesmas.

Mas na prática, conforme será visto, o esvaziamento da comissão de reconhecimento não ocorreu. A despeito do envio de uma única lista pelos estados, a comissão tinha o poder de contestar o diploma. Perdera o poder de escolha, mas mantivera o seu poder de veto. Tanto é que, ao longo deste livro, serão observadas diversas situações de árdua disputa, não só pela Presidência da Câmara, como principalmente pela composição da comissão de reconhecimento. E, por diversas vezes, os destinos das bancadas estiveram nas mãos da "comissão dos cinco".

O exemplo que denota mais veementemente o fato de que não houve esvaziamento do Parlamento, enquanto *locus* de hegemonia, encontra-se no poder de decisão sobre as intervenções federais nos estados. As consequências das lutas entre facções no interior dos estados eram: a duplicidade de atas eleitorais, de assembleias legislativas e até de presidências de estado. Tais duplicidades eram resolvidas no âmbito do Parlamento e do Judiciário Federais. Cabia ao Poder Judiciário julgar os pedidos de *habeas corpus* – instituto normalmente usado para este fim – e ao Poder Legislativo aprovar ou não a intervenção federal sobre o estado, vítima da dissidência intra-oligárquica. Dessa forma, ambos os poderes mantiveram-se razoavelmente fortalecidos.

Embora estivesse preocupado com sua própria sucessão, Campos Sales não propôs uma fórmula permanente, que conduzisse à renovação do Executivo Federal. Certamente porque este ainda não era um problema visível naquela conjuntura. A única referência encontrada a este respeito, está na alusão de que as sucessões deveriam resultar da competição partidária. Mas de partidos organizados em torno de ideias e não de interesses personalísticos ou meramente regionais. Na ausência desses partidos, segundo Campos Sales (Salles, 1983:187-189), caberia ao Catete conduzir o processo sucessório.

Em seu governo, isto foi possível. A partir do apoio conferido por um seleto grupo de estados-atores – Minas, São Paulo e Bahia – o Catete fez de Rodrigues Alves o seu sucessor, sem contar com muitas resistências e à revelia do Partido Republicano Federal (PRF). Esta ação, porém, não poderia repetir-se na sucessão seguinte, conforme será visto. O modelo de Campos Sales, com a pretensão de conferir à República considerável grau de estabilidade, havia deixado de regular o principal elemento disfuncional do regime republicano; qual seja o fundamento de sua própria renovação.

Isto implica dizer que o grau de estabilidade conferido pela "política dos estados" à ordem institucional brasileira precisa, no mínimo, ser relativizado. Esta tarefa, de fundamental importância, escapa, porém, aos limites desse trabalho. Mas acreditamos poder contribuir para esta necessária renovação, a partir das referências que estarão presentes nos próximos capítulos.

1.1.3 Os parâmetros da aliança café com leite

A mais sedimentada das tendências entre os historiadores foi construída em torno da aceitação da hegemonia da aliança mineiro-paulista sobre o regime oligárquico. Embora existam divergências acerca de alguns aspectos relativos a essa aliança, todos concordam que, até 1930, a estabilidade do regime foi garantida pela associação hegemônica entre os dois maiores estados da Federação.

Partiu-se do pressuposto de que a construção da aliança mineiro-paulista veio conferir ao regime republicano a estabilidade política que lhe faltava, desde a extinção do Poder Moderador. Dessa forma, os personagens desestabilizadores da ordem foram afastados da cena política, em troca de uma monopolização do poder, por parte de uma aliança que, embora não fosse isenta de conflitos, era inquestionável.

Os eventos fundadores da aliança

Existem divergências entre os historiadores acerca dos eventos fundadores da citada aliança. A este respeito, quatro grupos podem ser delimitados. O primeiro afirma que a aliança foi construída na primeira década republicana, justamente com o fim de conferir um novo ordenamento institucional ao regime que se iniciava.¹⁰

Tais trabalhos não atentaram para o fato de que Minas Gerais encontrava-se imersa em ferrenhas lutas internas, que impediam que o estado tivesse uma efetiva participação nos principais acontecimentos nacionais, naquele período. Lembre-se, aqui, a posição de neutralidade convenientemente assumida por Minas, durante o governo Floriano, quando serviu, inclusive, de opção de exílio para os degredados do regime. Mesmo os historiadores que se dedicaram prioritariamente ao estudo de Minas no período reconhecem que o estado permaneceu à margem da política federal até 1898, período que marcou a ação do presidente Silvano Brandão em prol da efetivação de um acordo interno entre as elites mineiras, habilitando-as para uma ação nacional mais realçada.¹¹

Os pertencentes ao segundo grupo afirmam que a aliança surgiu no governo Campos Sales. Para estes, a aliança foi resultante do pacto oligárquico ou serviu de fundamento para sua consecução. Nestes casos não é raro encontrar-se uma confusão de conceitos, provocada pela associação da "política dos estados", de autoria de Campos Sales, com a política do *café com leite*, de autoria dos próprios pesquisadores. Para os analistas citados, o acordo interestadual conferia ao regime a sua

¹⁰ Hélio Silva (1985:74) afirma que a aliança *café com leite* fora projetada na Convenção de Itu, ou seja, antes do próprio advento da República, muito embora tenha se tornado eficiente a partir do governo de Prudente de Moraes. Para Souza, a aliança mineiro-paulista surgiu após o governo de Floriano Peixoto (Souza, 1985:190-191 e 212). Para Boris Fausto (1994:89) foi a partir da eleição de Prudente de Moraes em 1894.

¹¹ Podemos citar, dentre outras: Wirth (1982), Resende (1982) e Franco (1955).

estabilidade, da mesma forma que o fazia a "política dos estados" de Campos Sales.¹²

Como será visto no segundo capítulo deste livro, o que proporcionou relativa estabilidade ao regime republicano foram as medidas tomadas por Campos Sales, apoiadas pelos maiores estados da Federação. O fato de Minas Gerais ter composto a chapa presidencial, que sucedeu o governo de Sales, não implicou que já existisse uma aliança entre os dois estados, na medida em que houve resistências de ambos em torno da indicação de Afonso Pena para o cargo de vice-presidente. Além disto, se no período houvesse uma aliança preferencial, por parte de São Paulo, ela deveria ser com a Bahia, estado que desempenhava um papel político muito mais ativo do que o desempenhado por Minas, na ocasião. Tais considerações serão retomadas, com maior profundidade, no próximo capítulo.

Há um terceiro grupo de historiadores que atestam a origem da aliança Minas-São Paulo entre os governos de Rodrigues Alves e Afonso Pena (1902-1909). Embora não se refiram ao fato, provavelmente o que motivou o marco foi a ocorrência, no período, do Convênio de Taubaté, evento que terá uma análise destacada no capítulo terceiro, do presente trabalho.¹³

Conforme veremos – nos capítulos dois e quatro, respectivamente –, em ambas as sucessões citadas, Minas e São Paulo encontravam-se trilhando direções opostas. Procuraremos realçar, também, que o primeiro programa de valorização do café não resultou de uma aliança política nacional entre os dois estados da Federação.

¹² Os autores que têm por marco o governo Campos Sales são: Martins Filho (1981:53), Wirth (1982:232), Love (1982:277), Bello (1972:167-168), Iglessias (1993:208) e Castro (1982:119). José Maria Belo (1972:167-168) deixa transparecer a citada confusão, ao tratar as mudanças regimentais operadas por Campos Sales ao mesmo tempo em que atesta a origem da aliança entre Minas e São Paulo. Martins Filho (1981:32-33 e 127) afirma que a política do *café com leite* foi uma exacerbção da política dos governadores. Surgiram no mesmo período e parecem estar incluídas no âmbito do mesmo pacto. Cintra (1972:38-39) afirma que a política dos governadores foi um mecanismo centralizador, engenhado pelas oligarquias dominantes, para garantir-lhes o controle sobre o Estado nacional. Estes estados eram Minas e São Paulo, que, unidos, conseguiram transformar seus interesses regionais em nacionais.

¹³ Para Edgar Carone (1988:305), a política do *café com leite* se inicia em 1906, no governo Afonso Pena. Afonso Arinos parece não ter chegado a um acordo consigo mesmo a respeito do evento fundador da aliança mineiro-paulista. Ele fala de três ocasiões que deram origem à aliança: a primeira foi na sucessão de Rodrigues Alves, referenciada em Franco (1955:457); a segunda foi na sucessão de Campos Sales e a terceira no governo Afonso Pena, referenciadas em Franco (1973:174 e 627), respectivamente.

Há um quarto grupo que atrela a emergência da aliança à sucessão de Hermes da Fonseca, ou seja, ao chamado "Pacto de Ouro Fino", ocorrido em 1913. Tais autores partem do pressuposto de que, até então, vencidos vinte e quatro anos de regime (mais de 50% dele), a aliança entre Minas e São Paulo ainda não havia ocorrido. Para a emergência do acordo, eles se basearam em um evento real, ocorrido na cidade de Ouro Fino, Minas Gerais, entre representantes de cada um dos dois estados, com o fim de interferirem sobre a sucessão de Hermes da Fonseca.¹⁴

Concordamos com Enders acerca do caráter circunstancial da aproximação entre os dois estados, a ser tratada no capítulo cinco deste livro. Conforme será visto, tal aproximação não chegava a constituir-se em uma aliança e logo se romperia, no evento sucessório seguinte.

Por fim, há autores que chegaram a falar em "rotativismo", como se tivesse havido um planejado revezamento entre Minas e São Paulo na ocupação dos cargos presidenciais e na efetivação da aliança *café com leite*. Para esses autores, o principal fator, responsável pela ocorrência da Revolução de 30, foi a quebra, por parte de São Paulo, desse revezamento.¹⁵

A despeito da diversidade dos marcos originários da aliança, é comum aos autores a referência a dois momentos de exceção. O primeiro foi a sucessão de Afonso Pena, que separou paulistas e mineiros em duas candidaturas diferentes, dando origem à disputa entre hermetistas e civilistas. O segundo foi a sucessão de Washington Luís, que marcou o encerramento da referida aliança. O fato de contestarmos a aliança *café com leite* não implica em contestar a ocorrência de alianças conjunturais entre Minas e São Paulo, ao longo da República Velha. Pelo que será visto, os dois estados tiveram momentos que iam da aproximação desconfiada à oposição veemente. O mesmo se deu com outros tipos de alianças estabelecidas por parte de Minas com outros estados. O que se contesta é que a aliança entre mineiros e paulistas tenha sido preferencial, permanente e isenta de conflitos. Assim, apontamos que os eventos da Campanha Civilista e da Revolução de 1930, em que as elites mineiras opuseram-se às paulistas, não foram eventos excepcionais, mas apenas rotineiros.

¹⁴ Enders (1993:416 e 450) afirma que a aliança surgiu no Pacto de Ouro Fino, por razões meramente circunstanciais, ligadas à intenção de barrar a ascensão de Pinheiro Machado. O mesmo afirmam Daniel de Carvalho (1957:141) e Assis Barbosa (1960:218).

¹⁵ Love (1975:128) fala em "alternância" entre os dois estados, apenas como tendência e não como regra. (Love, 1982:118) também fala que a revolução de 30 resultou da recusa de São Paulo em manter a alternância com Minas Gerais. Carone (1988:305) fala em revezamento. Afonso Arinos abusa desse conceito. Fala em "rotativismo", em "movimento pendular" e em "binômio espontâneo" (Franco, 1955:457, 914 e 1013), respectivamente. Hélio Silva (1971:74) também fala em revezamento entre os presidentes de Minas e São Paulo.

Os pilares e o sentido da aliança

A hegemonia mineiro-paulista, segundo os pesquisadores, era fundamentada em pilares bastante sólidos. Reconhecem-se pelos menos dois deles. O primeiro era o grande potencial econômico, representado pela produção cafeeira de ambos os estados. O segundo era a união interna de suas elites em torno de partidos monolíticos regionais.

Em geral, Minas Gerais foi colocada na aliança como um parceiro paradoxal. Ao mesmo tempo em que se constituiu no elo frágil dessa cadeia, por não possuir uma economia tão dinâmica e avançada como a dos paulistas, foi o estado que mais obteve ganhos políticos resultantes dessa parceria.

Tal paradoxo foi resolvido, para uns, pela recorrência a explicações que realçavam a união interna do PRM como tendo sido responsável pela obtenção de mais benefícios do Estado Nacional do que, de fato, os mineiros mereceriam. Para outros, pelo realce de suas habilidades políticas naturais, como pode ser observado nesta citação: "Esta política, graças à predominância incontestável do café, (...) derivou naturalmente para uma aliança mineiro-paulista, onde São Paulo entrava com o peso da sua riqueza e Minas com o da sua sabedoria, prudência e disciplina tradicionais no campo de manobras" (Franco, 1955:478).¹⁶

A tese predominante afirma que os diferentes níveis de desenvolvimento de suas economias modelaram um determinado tipo de relação com o Estado Nacional. Minas Gerais, por ter uma economia decadente ou de "relativa estagnação", tendia a relacionar-se com a União em busca do atendimento de reivindicações majoritariamente extra-econômicas. Já São Paulo, em função do amplo desenvolvimento de sua economia, teria uma postura diferente. Ou de mera indiferença, resguardada a sua autonomia econômica, ou o seu contrário, lutando em prol do atendimento de reivindicações de caráter eminentemente econômico:

Mas a aliança café com leite não se baseava numa genuína reciprocidade de interesses, porque Minas era a parte mais fraca e tinha de se submeter à vontade de São Paulo na política econômica. (...) À medida que esse hiato aumentava, ficavam mais claros seus objetivos diferentes na arena federal. À parte da política monetária do café, São Paulo não dependia do governo federal (até a década de 1930) para favores

¹⁶ Para Martins Filho (1981:28) a conciliação interna das elites mineiras, ocorrida a partir do governo de Silvano Brandão, foi responsável pela ascensão federal de Minas e não o seu poder econômico.

econômicos. Minas, ao contrário, tinha uma grande lista de compras. (Wirth, 1982:252)¹⁷

O que fica patente nesta citação é o realce conferido ao nível de autonomia dos paulistas em relação ao Estado Nacional. Para tais abordagens, São Paulo havia trilhado uma postura minimalista em relação à disputa de cargos e proteção do Estado, por prescindir deles. Dotado de uma economia dinâmica e forte, pôde abrir mão, deliberadamente, de uma postura mais hegemônica sobre o Estado Nacional, sem que isto resultasse em prejuízos econômicos que não pudessem ser resolvidos internamente.¹⁸

Caminhando nesta mesma direção, alguns estudos tenderam a destacar a ação nacional mineira como conservadora ou obsoleta, contraposta à ação paulista, considerada mais aberta, dinâmica e modernizadora. Estes diferentes comportamentos tinham clara relação com o grau de desenvolvimento de suas economias.¹⁹

Estas considerações não deixaram de estar presentes em obras mais recentes. Tendo por referência as teses de Azevedo Amaral, Renato Lessa também associou Minas Gerais ao conservadorismo, ao não contestá-las:

A classificação de Azevedo Amaral distingue, pois, dois estilos antagônicos de condução da coisa pública. De um lado a 'política paulista' associada à eficiência administrativa e à modernização; por outro o padrão governado pela política obsoleta, marcado pelo predomínio de 'orientações diferentes'. (...) No entanto, é incontornável a evidência de que de 1906 a 1926 a chamada política obsoleta tem um inequívoco tom mineiro. (Lessa, 1988:148)

¹⁷ Wirth (1982) insiste na tese do clientelismo mineiro em relação à Federação. Para ele, Minas entrou na aliança em função de seu poder político, garantido por sua unidade interna. Uma vez na aliança, colocava-se como um fiel executor das diretrizes econômicas impostas por São Paulo. Ver Wirth (1982: 154, 232, 241, 249 e 309).

¹⁸ Love (1982:250) também compartilha dessa visão. Acha que Minas atuava em busca de favores de clientela e São Paulo não o fazia, por não precisar desses favores. Ao mesmo tempo, destaca que, para atingir seus objetivos econômicos, São Paulo não precisava controlar diretamente os postos presidenciais ou ministeriais.

¹⁹ A raiz de tal pensamento, sem dúvida alguma, encontra-se nas interpretações do patrimonialismo brasileiro, a serem tratadas posteriormente, cujo maior representante para o caso mineiro foi Amílcar V. Martins Filho (1987:3-4, 8, 111). Ver também: Schwartzman (1972:97-98) e Wirth (1982: 309 e 312).

A respeito das considerações arroladas acima, o presente livro pretende propor algumas ressalvas. A primeira delas diz respeito ao nível de desenvolvimento econômico diferenciado entre os dois estados, condicionador de sua relação com a União.

Embora seja incontestável a superioridade econômica de São Paulo em relação a Minas Gerais, não se pode atribuir o distanciamento paulista do governo federal, ocorrido durante alguns governos da Primeira República, à falta de interesse de suas elites em interferirem sobre os rumos do Estado Nacional.

Conforme veremos, por estar atrelado a uma economia altamente dependente do mercado internacional, São Paulo ficava refém das políticas cambial, fiscal e monetária, controladas pela União. Conforme também será visto, nas vezes em que se ausentou do controle do Executivo Federal não o fez obedecendo a uma estratégia deliberadamente minimalista, mas por ter sido derrotado politicamente, por alianças que o excluíram. Aqui nos referimos à participação de São Paulo nos governos de Afonso Pena ao de Wenceslau Brás. Conforme será demonstrado, entre 1906 e 1914, São Paulo esteve excluído das principais articulações políticas nacionais.

Uma segunda ressalva refere-se às relações de cooptação que supostamente Minas Gerais teria mantido com o Estado Nacional, em busca de benesses exclusivamente extra-econômicas. Ao longo deste livro, teremos a oportunidade de nos referir a pesquisas mais recentes que apontaram para um maior nível de dinamicidade da cafeicultura mineira, inserindo-a de relacionar-se com o Executivo Federal apenas com o fim de auferir do mesmo prebendas políticas. Pretendemos comprovar que seu nível de relação com o Estado era mais semelhante ao paulista, do que o contrário.

Uma terceira ressalva diz respeito aos motivos que garantiram a Minas Gerais o exercício da hegemonia política sobre o regime. Embora seja incontestável o grau de coesão interna de suas elites, principalmente quando comparadas às elites baianas e fluminenses, teremos oportunidade de, no mínimo, relativizar as bases dessa conciliação intra-oligárquica, apontando para ocasiões em que tais dissidências comprometeram uma efetiva participação do estado na política federal.

Partimos do pressuposto de que a força política de Minas não se baseava exclusivamente no relativo grau de coesão interna, mas na existência de uma economia forte, associada ao seu grande contingente eleitoral, responsável por projetar o estado nacionalmente, por meio dos trinta e sete deputados e três senadores que possuía.

Uma quarta e última ressalva refere-se ao caráter conservador e obsoleto dos mineiros, que derivou das concepções em debate. Ao compararmos a

atuação federal de Minas com a de outros estados, nada autoriza a caracterizá-la dessa forma. Nos raros momentos em que os setores oligárquicos atuaram no sentido de "modernizar" as relações políticas vigentes, os mineiros estiveram presentes, a exemplo da ação dos intelectuais do "jardim de infância" ou da ação de jovens oligarcas no contexto da Aliança Liberal, objetos de abordagem nos capítulos quatro e oito, respectivamente.

Contrapondo-se à estabilidade mineiro-paulista, foram relevantes as instabilidades próprias a estados como Bahia e Rio de Janeiro, normalmente alçados como focos de disputas intra-oligárquicas, prejudiciais a um desempenho político nacional satisfatório. Embora fossem unidades econômicas dinâmicas e dotadas de considerável representação política parlamentar, tiveram ressaltadas as suas atuações discretas no cenário nacional, exatamente por não terem conseguido romper com a luta entre suas facções internas (Wirth, 1982:237).²⁰

Não se trata aqui de contestar que a união interna entre as elites era uma condição indispensável para o exercício da hegemonia federal. Os estados que, nas conjunturas sucessórias, se encontravam mais unidos, eram aqueles que tinham melhores condições de interferirem no rumo dos acontecimentos. Porém, o fato de a Bahia e o Rio de Janeiro estarem constantemente assolados por divisões internas não impediu que estes estados tivessem uma participação ativa, enquanto atores, nos processos sucessórios.

Marieta Ferreira, em sua análise sobre o Rio de Janeiro, procurou dar um tratamento diferenciado às dissensões internas do estado. Segundo a autora, as elites fluminenses tentaram superá-las através de duas saídas. A primeira foi a tentativa de afastamento estratégico, em relação à política federal, e a segunda foi a de construir eixos alternativos às situações dominantes. Em ambos os casos, o estado colheu resultados positivos, tendo sua presença destacada no cenário federal (Ferreira, 1994:141).

Quanto ao sentido da aliança mineiro-paulista, os autores são pródigos em criar situações que a tornaram contingente. Para Peressinotto, ela teria surgido em função da falta de institucionalização dos mecanismos responsáveis pelo arbitramento das sucessões presidenciais. Para Contijo, ela fora o equivalente funcional ao Poder Moderador, conferindo ao sistema o mesmo grau de estabilidade que detinha o regime monárquico. Há aqueles que afirmam que ela decorreria da fragilidade da democracia brasileira, incapaz de apoiar-se na livre competição político-partidária. O ponto de convergência entre estas abordagens está no fato de que a aliança mineiro-

²⁰ Existem importantes considerações explicativas para tais dissidências em Enders (1993:332-336).

paulista conferiu ao regime razoável grau de estabilidade, resolvendo o seu maior "Calcanhar de Aquiles", qual seja o das sucessões presidenciais.²¹

A partir do momento em que se estabelece um novo olhar sobre o regime político republicano, pode-se perceber que sua estabilidade derivava muito mais da ausência de alianças permanentes e monolíticas do que do seu contrário. Ao longo deste livro, procurar-se-á demonstrar que a inexistência da aliança Minas-São Paulo não impediu que o regime republicano adquirisse consistência e relativa estabilidade.

Conforme aprofundamos na Introdução deste livro, a instabilidade das alianças é que conferiu ao regime a estabilidade necessária, na medida em que impedia a monopolização do poder, deixando sempre aberta a possibilidade de sua renovação, mesmo que esta dificilmente ocorresse.

Rompendo com o monolitismo da aliança

Não obstante a proeminência da aliança mineiro-paulista, encontrada na totalidade dos trabalhos analisados, alguns autores romperam com o seu monolitismo e apontaram para situações em que a citada aliança fora colocada em risco. Outros se aproximaram mais do nosso argumento, sugerindo que os termos da própria aliança fossem revisados.

Faoro, em seu clássico trabalho, muito embora defendesse a ideia de que uma aliança *café com leite* tivesse sido formulada a partir do governo Campos Sales, destacou os inconvenientes resultantes desse acordo para São Paulo, ao dar destaque às rivalidades predominantes entre os dois estados. Segundo Faoro (1984:584-585), ao estabelecer um acordo com Minas, São Paulo teria que amargar um ostracismo de doze anos e ter condicionada a sua prosperidade ao apoio mineiro.

J. Love, Martins e Peressinotto, em momentos diferentes e de forma diversa, destacaram que os elos de ligação entre Minas e São Paulo foram constituídos pela economia exportadora. No entanto, entre ambos os estados não houve uma compatibilidade absoluta de interesses, em função das diferenciações internas, decorrentes do nível de desenvolvimento de cada modelo agro-exportador. No entanto, os autores não se aprofundaram no estudo dessas incompatibilidades e de seu impacto sobre a aliança.²²

²¹ Ver Peressinotto (1994:212-213), Carvalho (1968:44), Love (1982:277), respectivamente.

²² Ver Love (1982:129). Martins (1981:61-113) chega a sugerir que novos estudos sejam feitos neste sentido, por encontrarem-se ainda lacunas. Ver também Peressinotto (1994:212).

Eul-Soo Pang afirmava que a política do *café com leite* deveria chamar-se política do “café contra o leite”, pois PRM e PRP eram rivais em seus interesses econômicos distintos e, na maioria das vezes, adversos: “Contrariamente às interpretações existentes, a aliança ‘café com leite’ entre São Paulo e Minas não foi um bom casamento político. Deveria ser chamada, mais apropriadamente, café contra leite” (Pang, 1979: 55 e 100).

Apesar de reconhecerem as rivalidades entre Minas e São Paulo e de apontarem a sua aliança como problemática, esses autores não chegaram a questionar a sua existência.

Estudos mais recentes procuraram relativizar a hegemonia da aliança mineiro-paulista sobre a nação. Entre eles destacaram-se trabalhos já citados, que tentaram resgatar a importância política das oligarquias de “segunda grandeza”, realçando seu poder de intervenção sobre o jogo oligárquico. Introduzindo a noção de “eixo alternativo” ao poder dominante de Minas e São Paulo, foram resgatadas as atuações do Rio de Janeiro e do próprio Rio Grande do Sul, como estados que cumpriram um papel desestabilizador sobre a ordem oligárquica, conduzida pela aliança hegemônica. Ao mesmo tempo, identificou-se uma série de dificuldades inerentes ao exercício da hegemonia por parte de São Paulo, embora o poder do estado não fosse contestado.²³

É comum encontrar-se nesses trabalhos sugestões de revisão dos termos da aliança Minas–São Paulo, com o fim de romper com esquematismos. A referência de Kugelmas é um exemplo dessa preocupação:

A instabilidade constante dos sistemas de alianças tornava cada sucessão presidencial um evento traumático, como se o regime necessitasse de uma periódica recomposição; mesmo a aliança São Paulo-Minas jamais se formalizou e não foi permanente. Seria mais adequado pensá-la como condição necessária mas não suficiente para canalizar e conter o potencial conflitivo das disputas. (Kugelmas, 1986:77)

Steven Topik, ainda mais na direção do nosso argumento, apontava para a aliança como uma ficção, sem base empírica que a comprovasse. No entanto, limitou-se a sugerir a hipótese, sem fazer parte de seu objeto de estudo aprofundá-la.

²³ Para o caso do Rio de Janeiro, ver: Ferreira (1994:7,8, 24, 112, 143 e 144), Mendonça (1997:61-62 e 178). Com o destaque para o Rio Grande do Sul ver Enders (1993:7, 8, 350 a 390). Acerca de São Paulo ver Kugelmas (1986: 3, 76, 77 e 99). Enders (1993:451) destacou que, embora a aliança parecesse estável, na prática, uma série de outras articulações e muitos acordos tiveram que ser realizados para mantê-la.

A imagem de um bem-sucedido acordo café com leite entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância de presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos.(...) Se for a exceção que prova a regra, o *acordo café com leite* estaria provado. Quatro dos cinco presidentes paulistas não tiveram mineiros como sucessores.(...) Profundas divergências políticas colocava-os em confronto por causa de diferentes graus de envolvimento no comércio exterior. (Topik, 1989:28)

Enders destacava, na conclusão de sua tese, que a política do *café com leite* merecia passar por uma séria revisão. E Jerry Weiner, em um estudo biográfico anterior, afirmava que a aliança entre Minas e São Paulo só se dava quando outras alternativas faziam-se inviáveis, constituindo-se mais em uma exceção do que em uma regra.²⁴

Como se pôde perceber, o principal argumento desse trabalho se insere mais em uma linha de continuidade do que de ruptura, em relação às pesquisas mais recentes.

Bases econômicas da aliança

Um outro pilar que serviu de base aos estudos da aliança Minas–São Paulo foi o de sua relação com o café. Visando a facilitar o acompanhamento do debate que se travou a este respeito, separamos os autores em três grupos distintos de análise.

O primeiro grupo incorpora trabalhos que, na relação público-privado, privilegiam o segundo em detrimento do primeiro, ou seja, na análise entre Estado e grupos de interesse, o aparelho estatal aparece como um instrumento de expressão de interesses de classe.

Englobam-se, neste grupo, os trabalhos associados às vertentes interpretativas marxista e liberal para o Estado Republicano.²⁵ Em ambas as vertentes, torna-se visível a apropriação do Estado Republicano pelas unidades federadas cafeicultoras, que conseguem fazer valer seus interesses sobre os demais estados da Federação. O resultado imediato dessa interpretação é o de conferir à aliança Minas–São Paulo incontestável hegemonia

²⁴ Ver Enders (1993:450), Weiner (1980:175).

²⁵ Entre os vários autores destacamos Barbosa (1960), Basbaum (1975-76), Bello (1972), Bessone (1968), Calógeras (1957), Cammack (1980), Carone (1988), Costa (1972), Fausto (1989, Tomo III, vol. 1, livro segundo, capítulo I), Franco (1973); Furtado (1984), Iglesiás (1993), Lacombe (1986) Love (1982), Love (1975), Silva e Carneiro (1975).

política e o subestimar o papel de outros atores, a exemplo das oligarquias não cafejeiras, dos militares e os do próprio Estado Nacional.

As visões presentes neste grupo resultaram em determinados esquematismos. O primeiro foi perceber o Estado como um bloco monolítico, a serviço dos interesses dominantes, desconhecendo a vastidão de seus atores e a complexidade de suas relações com os diferentes setores da sociedade. O segundo esquematismo decorreu da análise das relações desse Estado e classes dominantes, vistas em sua maioria como harmônicas, omitindo-se períodos em que o Estado não atuava obedecendo à lógica proposta e as classes dominantes divergiam entre si, em suas reivindicações.

O segundo grupo é composto por trabalhos que privilegiam o papel do Estado na relação Estado-Sociedade, subestimando o seu caráter classista, bem como o potencial organizativo das associações de classe, no encaminhamento e na defesa de suas aspirações.

Este grupo é representado pelos "teóricos patrimonialistas" do Estado Brasileiro, que construíram suas análises em torno de uma leitura crítica das versões que predominavam, desde a década de 30, na historiografia nacional.²⁶

O que pretendiam contestar era a tese de que o Estado Republicano era refém dos interesses das oligarquias cafeicultoras, e de que as políticas públicas, por ele empreendidas, respondiam a interesses privados dos setores cafeicultores organizados.

O elo comum entre as pesquisas em foco pode ser encontrado na tentativa de resgatar a força do Estado, mesmo em um período histórico em que a descentralização, resultante do Federalismo implantado pela carta de 1891, teria esvaziado parcialmente os seus atributos. Para estes autores, mesmo durante os "interregnos que dissimulam",²⁷ a União manteve as suas prerrogativas, reservando-se o poder de cooptação e de controle para o acesso às sincuras, tão disputadas pelos agentes da política.

Não se percebem, por parte desses trabalhos, os diferentes setores que compõem o Estado Nacional e nem a diversidade de interesses que nele se inserem. O poder regional das unidades federadas, conhecidas como de "segunda grandeza", foi subestimado e a aliança *café com leite* foi posta em novos termos. São Paulo possuía força econômica, mas não tinha poder político. Minas Gerais

²⁶ Para os fins dessa pesquisa, não abarcaremos a totalidade dos trabalhos de inspiração patrimonialista. Interessa-nos apenas analisar os autores que mais se destacaram no estudo dos casos mineiro e paulista na Primeira República, nos últimos vinte anos. Aqui nos referimos a Schwartzman (1970; 1972; 1975), Martins Filho (1984; 1987).

²⁷ Expressão usada por Faoro (1984:725, vol.2) para designar a Primeira República como um período em que o Estado esteve mais fragilizado e descentralizado.

tinha força política, mas não tinha poder econômico. A aliança foi resultante dessa soma conveniente de vantagens e carências. A Minas caberia usufruir do Estado Nacional as prebendas políticas. E São Paulo, através da aliança, teria, a seu favor, a garantia de sua autonomia e a promessa de um Estado que não importaria obstáculos ao desenvolvimento de sua forte e dinâmica economia.

O terceiro grupo, no qual este livro se insere, engloba pesquisas, em sua maioria produzidas a partir da década de 80, que trazem como ponto comum a autonomia relativa do Estado, em relação aos interesses econômicos hegemônicos, sem desconsiderar a forte presença desses setores, na definição das políticas públicas implementadas.²⁸

Este grupo é formado por trabalhos que buscaram redimensionar as relações entre Estado Nacional e interesses econômicos privados, resguardando-se a autonomia relativa do primeiro, sem desprezear o potencial organizativo e reivindicativo dos segundos. Conferiram aos setores cafejeiros a hegemonia sobre o regime, mas puderam, ao mesmo tempo, garantir ao Estado um papel dinâmico no mercado político.

Para eles, o Estado na Primeira República, mesmo atuando em prol dos setores mais hegemônicos, não perderia a sua identidade. Ao contrário, ganharia dinamismo e poder, ampliando, significativamente, as suas estruturas burocráticas, o que lhe serviu de base indispensável para o subsequente processo de centralização e autoritarismo.²⁹

A ação direta do Estado em prol do desenvolvimento da cafeicultura não implicava, pois, numa adesão direta do mesmo aos interesses corporativos do setor, na medida em que ele próprio atuava em função de motivações e lógicas específicas, as quais, nem sempre, coincidiam com os interesses dos cafeicultores.

O que há de comum nos trabalhos desse grupo é a relativização da autonomia do Estado Republicano, em relação aos interesses dos cafeicultores. Para eles, o Estado na Primeira República não foi, o tempo todo, refém dos grupos agro-exportadores na implementação de políticas de seu interesse, mantendo uma margem de autonomia própria. Por outro lado, isto não implicou em afirmar que o setor cafejeiro não fosse politicamente hegemônico e que as unidades federativas produtoras de café estivessem fora do controle do Executivo Federal. O que estes trabalhos pretenderam atestar é que esta hegemonia, embora incontestável, foi difícil de ser construída e, por não ser monolítica, teve que abrir espaço para abrigar outros setores, em seus diferentes interesses. Além do mais, o próprio Estado era

²⁸ Ver Enders (1993), Ferreira (1994), Mendonça (1997), Reis (1985:194-217), Peresinotto (1997), Topik (1989), Frisch (1988), Kugelmas (1986).

²⁹ Esta análise é de Reis (1985:196 a 206).

um ator em jogo, com interesses específicos, nem sempre coincidentes com os dos setores economicamente dominantes.

O que se conclui das diferentes abordagens desse grupo é que nelas não só o Estado, mas também os setores privados tiveram a sua força resgatada. O Estado, diante de proprietários com razoável nível de organização, em defesa de interesses "racionalistas", tornou-se permeável às suas reivindicações, atendendo-as majoritariamente, mas mantendo certo grau de autonomia, expressa através de atitudes e comportamentos que, por diversas vezes, foram de encontro aos interesses desses mesmos proprietários.

O resultado político foi a relativização da hegemonia, não só cafeeira, como paulista, sobre a nação. O resultado subsequente foi o resgate da importância de outras oligarquias, até então, tidas como minoritárias e desimportantes na definição do jogo político.

1.2 Federalismo em Corda-bamba: Uma Proposta Alternativa

Este item consiste em uma análise conjunta dos processos sucessórios da Primeira República. A partir dela, pretende-se propor uma abordagem alternativa acerca desses processos, a ser testada ao longo dos capítulos seguintes.

Considerando as sucessões presidenciais como episódios recorrentes de desconstrução e reconstrução de alianças políticas, travadas entre os atores hegemônicos, na identificação dos princípios recorrentes que nortearam estes eventos, é possível encontrar-se a lógica responsável pela estabilização do regime. Claro é que tais princípios não foram explicitados e muito menos formalizados pelos seus principais executores. A despeito de terem sido contradições, eventualmente, referências explícitas, por parte de alguns agentes da política, acerca da normatização dos eventos sucessórios, os princípios que serão expostos aqui derivaram, majoritariamente, da observação das fontes, que souberam expressar parte da complexidade desses eventos.

A pesquisa que empreendemos sobre os jogos sucessórios nos levou à percepção de alguns princípios que orientaram a atuação dos atores políticos nestes eventos. Percebeu-se, também, que tais princípios foram sendo progressivamente formulados, ao longo do tempo, como resultado de experiências acumuladas. E que as tentativas de ruptura desses mesmos princípios foram responsáveis pelo esgotamento do modelo, gerando o seu fim.

Pelo que observaremos, os princípios estabilizadores do regime em vigor foram definidos por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves. Mantiveram-se ao longo dos processos sucessórios posteriores. O início de seu progressivo esgotamento se deu a partir da década de vinte. Seu desgaste final, ao longo da década de trinta.

A abordagem alternativa proposta é constituída de três princípios norteadores, a saber:

1. Os atores políticos republicanos são desiguais e hierarquizados entre si;
2. Existe uma renovação parcial entre os atores, rejeitando-se atitudes monopólicas;
3. As raízes da dissolução do regime se encontram na sua incapacidade de manter as bases da hierarquia e de preservar a sua parcial renovação.

1.2.1 Princípios Norteadores dos Processos Sucessórios

Primeiro princípio norteador

Os atores políticos republicanos são desiguais e hierarquizados entre si.

A estabilidade do regime republicano baseou-se, sobretudo, na garantia de que seu elemento motor estivesse nas mãos das oligarquias regionais, cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas. Esta modalidade de *decision making* passava pela diminuição das possibilidades de competição, reduzindo os marcos do mercado político a uma disputa entre atores mais e menos iguais.

Tal formato foi se definindo ao longo do regime, até atingir níveis de estabilização compatíveis com as aspirações de seus novos condutores. A primeira medida implementada, quando do estabelecimento da República, foi garantir a exclusão da participação dos setores populares, não só pelo estabelecimento normativo do "voto alfabetizado", como também, e sobretudo, pela formalização da fraude eleitoral, viabilizada por mecanismos aparentemente ingênuos, mas eficazes na redução do grau de competitividade entre os atores. A segunda medida foi resultante da primeira. Referia-se aos critérios de recrutamento político, não formalmente institucionalizados, mas coletivamente assimilados. Minas Gerais compõe um modelo exemplar dessa prerrogativa. Para fazer parte da elite política mineira, eram necessários os seguintes requisitos: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laços de parentesco com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do estado.³⁰

³⁰ A este respeito ver Wirth (1982, capítulo 5).